

E S T A D O

F I N A N C I A M E N T O P Ú B L I C O

E

C R I S E

Carlos Alberto Ferreira Lima

Profº/Pesquisador UnB

E-mail: karlima@terra.com.br

2006

ESTADO, FINANCIAMENTO PÚBLICO E CRISE

(Uma Introdução)

Ou isso – ou a organização da economia mundial, a
libertação revolucionária das forças produtivas
internacionais!

Henri Lefebvre e Norbert Guterman

Carlos Lima*

Introdução

O presente trabalho versa sobre as complexas relações entre Estado e sociedade fazendo incursões sobre as políticas públicas. Em termos teóricos discutiremos o Estado na formação econômico-social capitalista e algumas das diversas políticas por ele implementadas, sempre tendo como pano de fundo a produção material dos homens vivendo e convivendo em sociedade. Isto significa que estaremos sempre preocupados em acompanhar o desenvolvimento e desdobramento do Estado nas suas relações com o processo produtivo. O pressuposto deste trabalho é que os fenômenos sócio-econômicos só podem ser devidamente apreendidos a partir da produção.

O capitalismo tem como célula mais simples a mercadoria e é, portanto, a partir dela que devemos começar o estudo das várias manifestações fenomênicas deste modo de produção. Partiremos dos conceitos elaborados pela crítica da economia política para entendermos nosso objeto.

A primeira vista, o mundo do capital se nos apresenta como abarrotado de mercadorias e, estas, como tendo sido produzidas por uma pluralidade de empresas: micros, pequenas, médias e grandes, pertencentes a uma miríade de empresários privados, que, por sua vez, detêm poderes diferenciados em consonância com o volume

* Doutor em Economia por Paris I, Panthéon, Sorbonne e Professor/pesquisador da UnB.

de capital de que dispõem. Por outro lado, entretanto, encontramos a maioria da sociedade que é não-proprietária dos meios de produção e subsistência. Na sociedade mercantil capitalista, como diz Marx, “*capital é poder sobre homens e coisas*”.

De imediato, a sociedade capitalista aparece dividida em classes sociais: os proprietários dos meios de produção e de consumo e os não-proprietários destes mesmos meios. Dessa forma as mercadorias pertencem a proprietários privados capitalistas que delas precisam se desfazer, trocá-las no mercado a fim de realizar o valor nelas cristalizado. Então a troca, o valor de troca das mercadorias, é o que possibilita a relação entre as várias empresas privadas, entre os indivíduos produtores e consumidores da sociedade e entre aquelas e estes.

O cerne da questão é, novamente, a compreensão da lei do valor. No modo de produção capitalista não importa qual seja o valor de uso em que se plasme o trabalho de um trabalhador qualquer. É preciso compreender que a mercadoria é uma relação social de produção determinada, dado que ela é um produto de uma forma social determinada do trabalho, qual seja, o trabalho abstrato. Este, o trabalho abstrato, regula a troca de mercadorias não tanto pelo fato de ser a substância comum a elas que possibilitaria compará-las qualitativamente mas, principalmente, porque o trabalho social é a única substância que se reparte entre as diferentes unidades produtivas da divisão social do trabalho. É exatamente porque a unidade produtiva privada produziu uma certa quantidade de trabalho social, que ela pode se apropriar de uma parte alíquota do trabalho social produzido em outros ramos da divisão social do trabalho.¹

É no mercado capitalista que, através da concorrência,² os capitais múltiplos vão exercer seu poder, já que esta se impõe a eles de forma coercitiva externa, obrigando-os a investir em invenção e inovação tecnológica sob pena - quem não o fizer - de ser definitivamente tragado ou defenestrado pelo mercado.

¹ Cf. LIPIETZ, Alain - *Crise et inflation pourquoi?* Paris, François Maspero, 1979,p.83 e segs.

² “Na concorrência, a lei fundamental - que se desenvolve de maneira diferente baseada no valor e na mais-valia - consiste em que o valor está determinado não pelo valor nele contido, ou o tempo de trabalho em que foi produzido, senão pelo tempo de trabalho em que ele pode ser produzido, ou no tempo de trabalho necessário à sua reprodução. Só dessa forma o capital singular é posto realmente nas condições do capital em geral, ainda que a aparência seja a de ter ficado sem efeito a lei originária. Só dessa forma o tempo de trabalho necessário é posto como determinado pelo movimento do próprio capital. Esta é a lei fundamental da concorrência”. MARX, Karl – *Grundrisse*, México, Siglo Veintiuno, Vol.II, 1997, p. 175.

Como a sociedade dominada pelo capital é heterogênea, conflitiva, contraditória e antagônica, os grupos, camadas e classes sociais apresentam internamente e entre si as relações de poder, polarização e exclusão que caracterizam este modo de produção.

No momento em que o Estado passa a assumir o planejamento, as políticas públicas como braço de sua ação no todo social, essa atuação não é nada mais do que o resultado dos conflitos sociais, políticos e econômicos ocasionados pelas diferentes classes sociais, que colimaram na necessidade de investir de forma planejada, mas de acordo com os interesses da classe dominante, o excedente econômico produzido pelo trabalhador coletivo.

O que o planejamento *não pode* realizar é a superação da contradição básica do sistema de produção capitalista, que se instala no coração da própria mercadoria: a antítese dialética entre valor e mais-valia, entre trabalho morto e trabalho vivo, trabalho pago e trabalho não-pago; mas desde que o planejamento no sistema capitalista limite-se a recolocar no início do ciclo produtivo os elementos finais que estão no produto, isto é, limite-se a repor os pressupostos da produção capitalista, sua possibilidade torna-se perfeitamente plausível: em síntese, o planejamento num sistema capitalista não é mais do que a forma de racionalização da reprodução ampliada do capital.³

Neste sentido, podemos dizer que o planejamento se traduz concretamente numa série de políticas públicas que são o resultado dos diferentes interesses sócio-econômicos da sociedade mercantil capitalista com prevalência dos interesses da elite sócio-econômica.

O Estado Capitalista

O desenvolvimento do capital⁴ tanto através das empresas transnacionais quanto da dominação hegemônica do capital fictício *põe*, inegavelmente, inúmeros problemas concernentes à sobrevivência e ao desenvolvimento do Estado no atual estágio do modo de produção capitalista.

³ OLIVEIRA, Francisco de – *Elegia para uma Re(li)gião*, RJ, Paz e Terra, 1977, p.24.

⁴ “O capital não é simplesmente um conjunto de mecanismos econômicos como freqüentemente se conceitualiza. É um modo multifacetado de reprodução sociometabólica que o abarca totalmente e que afeta profundamente cada aspecto da vida, desde o diretamente material e econômico até as relações culturais mais mediadas. Conseqüentemente, a mudança estrutural só é factível através do questionamento do sistema do capital em sua totalidade como um modo de controle sociometabólico, em lugar de introduzir ajustes parciais na sua estrutura”. MÉSZÁROS, István. Economia, política e tempo disponível: para além do capital, In, *Margem Esquerda 1*, SP, Boitempo, 2003, p. 102.

Desde o final do século XIX e durante o século XX foram vários os pensadores que procuraram, de formas diversas, enfatizar a não necessidade de sua existência já que as mega-empresas se constituem num gigante que prescinde do Estado.

Se olharmos o mundo contemporâneo, mesmo que seja a *vol d'oiseau*, somos forçados a constatar a existência do Estado em todas as formações econômico-sociais, o que sinaliza uma realidade empírica diferente da preconizada por aqueles que pensam que o desenvolvimento do capital encerra a negação do Estado. Ora, a existência empírica não é atestado de necessidade teórica. Afinal de contas, poderia ser esgrimido o argumento de que quando o capital tiver desenvolvido e desdobrado todas as suas potencialidades, as grandes empresas controlarão os processos de produção, circulação, distribuição e consumo - o que decretaria o fim do Estado.

O presente trabalho nega peremptoriamente tal assertiva e, portanto, buscará mostrar a necessidade, no mundo do capital, da intervenção estatal para a dinamização e manutenção do modo de produção capitalista.

É com o capitalismo que temos a produção mercantil *par excellence*. Isso tem vários significados. Em primeiro lugar, há uma modificação qualitativa no que diz respeito ao processo produtivo-consuntivo pois, a partir do momento em que a produção capitalista se institucionaliza, a *determinação* do processo produtivo deixa de ser a produção de valor de uso e, então, passa a ser a de valor de troca. O processo civilizatório apresenta o longo caminho que o valor de troca percorre para se constituir na *determinação* do processo de trabalho produtor de mercadorias.

Em segundo lugar, para que o capitalismo se institua é necessário que o processo sociometabólico⁵ homem-natureza tenha chegado ao ponto em que tanto o comércio quanto os transportes estejam bastante desenvolvidos. Esses se constituem em dois pressupostos da acumulação capitalista.

Em terceiro lugar, há mais um e fundamental fator para que o mundo fundado no capital possa plasmar-se e desenvolver-se no real: o capitalista tem que encontrar no mercado a força de trabalho pronta para ser devidamente explorada, a fim de produzir excedente econômico para a reprodução ampliada do capital.

Com a revolução industrial, todo o processo produtivo foi transformado e a produção humana assumiu a forma social de produção de mercadorias e o capitalismo

⁵ Ver, MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*, SP, Boitempo, 2002, cap.2.

pôde *andar sobre seus próprios pés*. Até então, o que era produzido pelo trabalho humano assumia a forma *produto*. Neste sentido, a determinação do processo de trabalho nas formações econômico-sociais pré-capitalistas era caracteristicamente a produção de valores de uso. O homem trabalhava para manter-se, para manter a família e/ou para manter a comunidade a que pertencia. A produção não era voltada para a troca. O excedente econômico era cristalizado, coagulado sob a forma de pirâmides, castelos e palácios medievais além, naturalmente, do consumo conspícuo da aristocracia medieval. Neste sentido

o movimento que converte os pequenos lavradores em trabalhadores assalariados e seus meios de vida e de trabalho em elementos materiais do capital, cria, para este, paralelamente, seu mercado interno. Antes, a família camponesa produzia e elaborava os meios de vida e as matérias primas que logo eram consumidos, em sua grande parte, por ela própria. Pois bem, estas matérias primas e estes meios de vida se convertem agora em *mercadorias*, vendidas pelos grandes arrendatários, que encontram seu mercado nas *manufaturas*. [...] A numerosa clientela disseminada e controlada até aqui por uma multidão de pequenos produtores que trabalhavam por conta própria se concentra agora *em um grande mercado atendido pelo capital industrial*. Deste modo, juntamente com a expropriação dos antigos lavradores independentes e seu divórcio dos meios de produção, avança a destruição das *indústrias rurais secundárias*, o *processo de diferenciação da indústria relativamente à agricultura*. Só a destruição da indústria doméstica rural pode dar ao mercado interno de um país as proporções e a firmeza que necessita o regime capitalista de produção.⁶ (Tradução livre feita por CL).

Assim sendo, na produção da mercadoria temos a prevalência e determinação dos valores de troca. A produção humana é, assim, voltada para a troca no mercado e se caracteriza por:

- a) ter sido produzida pelo trabalho humano;
- b) possuir um valor de uso e,
- c) ser produzida para o outro, independentemente do outro.⁷

O mundo do capital é constituído por inúmeras unidades produtivas privadas que produzem mercadorias para serem *realizadas* no mercado. As mercadorias, diferentemente dos produtos, têm que se transformar em dinheiro já que este “*é o Deus*

⁶ MARX, K. *El capital*, México, FCE, T.I, 1973, pp. 635-636.

⁷ Ver a respeito, LIPIETZ, A. Op. cit.

entre as mercadorias”.⁸ “*O dinheiro representa a existência celeste das mercadorias enquanto que estas representam sua existência terrestre*”.⁹

Nada garante que a mercadoria seja efetivamente trocada: unidade contraditória do valor de uso e do valor de troca, sua produção implica a possibilidade de crises. O processo de suas metamorfoses (compra e venda) traz consigo, entre outras, as seguintes implicações:

1 - a mercadoria ao ser produzida tem que ter valor de uso para os potenciais consumidores, mas, ao mesmo tempo, tem que ser um não-valor de uso para seu proprietário (1ª negação), ou seja, tem que ser negada para assumir a forma social valor de troca;

2 – ao ser posta a venda no mercado, como valor de troca, por seu proprietário, os possíveis consumidores negarão o valor de troca (2ª negação, ou negação da negação) da mesma ao realizá-la por sua existência celeste e, em conseqüência, afirmarão sua existência terrestre, seu valor de uso.

Mundo das mercadorias		Mundo do dinheiro
x de a		
v de b		
z de c	=	y de ouro
etc.		

Ora, o que temos aqui é a unificação da miríade de mercadorias na mercadoria dinheiro. Portanto, no dinheiro temos a unidade na diversidade das diferentes mercadorias. Quanto ao ouro, para que exercesse o monopólio do equivalente geral das mercadorias, as forças produtivas tinham que estar suficientemente desenvolvidas para produzir sistematicamente excedente econômico a fim de trocá-lo no mercado. A fixação do equivalente geral na mercadoria ouro se deve tanto ao fato de ele pertencer ao mundo das mercadorias – como brinco, bracelete, gargantilha, cordão, anel etc., quanto a suas qualidades de minério: durabilidade, não-perecibilidade, divisibilidade, e, ainda, porque pequenas quantidades deste mineral conterem, em si, grande quantidade

⁸ MARX, K. *Grundrisse*, Paris, Ed. Sociales, Vol. I, 1980, p. 160.

⁹ MARX, K. *Ibid.* p. 163.

de trabalho abstrato, valor. Portanto, para o processo interno de circulação do dinheiro enquanto dinheiro e, para as trocas internacionais, o ouro era a mercadoria que melhor cumpria as variadas funções da moeda.

Como a produção burguesa deve necessariamente fazer da riqueza um fetiche e a cristalizar sob a forma de um objeto particular qualquer, o ouro e a prata são a sua encarnação adequada. Por natureza o ouro e a prata não são moedas, mas a moeda é, por natureza, ouro e prata. De uma parte, a cristalização da moeda em prata ou em ouro não é somente um produto do processo de circulação, mas, de fato, seu único produto estável.¹⁰ (Tradução livre, efetuada por CL)

A extensa e profunda divisão social do trabalho necessária à institucionalização do capitalismo importando no desdobramento da mercadoria em dinheiro mostram, sem sombra de dúvidas, que o *leitmotiv* da produção fundada no capital não visa o bem-estar da sociedade, a melhoria da qualidade de vida como: saúde, emprego, habitação, educação, saneamento etc. A produção de mercadorias tem por objetivo a produção de excedente econômico, a produção de mais-valia que se metamorfoseará em lucro, seja comercial, industrial e/ou financeiro. A *auri sacra fames*, a busca incessante do dinheiro, permite depreender que “o capitalista não produz botas por amor a botas”, mas, sim, que produz botas porque no processo de produção foi produzido um valor adicional, a mais-valia, que no processo de circulação do capital se metamorfoseará em lucro.

A economia capitalista, além de ter a circulação do dinheiro enquanto dinheiro (MDM), tem a circulação do dinheiro enquanto capital (DMD') - que é a característica definidora do processo de produção e reprodução ampliada do capital. A circulação do dinheiro enquanto tal, além de apontar para duas funções do dinheiro (medida de valor e meio de circulação), se constitui na marca definidora do papel restrito que tem a força de trabalho no processo acumulativo, ou seja: quando do recebimento do dinheiro-salário, este não pode se transformar em capital, o *dinheiro-salário* tem um poder limitado, pois só pode comprar meios de subsistência e bens de luxo. Já a circulação do dinheiro enquanto capital tem seu poder ampliado, pois, além de conter as funções do dinheiro enquanto dinheiro, tem agregadas as funções de entesouramento, meio de pagamento e moeda universal circulando como capital. Se virmos o dinheiro desse

¹⁰ MARX, K. *Contribution à la critique de l' économie politique*, Paris, Ed. Sociales, 1977, p. 117.

ponto de vista, ele representa ou deve representar a pluralidade das relações sociais conflitivas, contraditórias e antagônicas existentes na sociedade capitalista.

Dito de outra forma, quando mercadorias são produzidas temos que:

A simples determinação do dinheiro propriamente dito diz que ele só existe como momento desenvolvido da produção lá onde existe o *trabalho assalariado*. Assim, onde existe o trabalho assalariado, longe de dissolver a forma social, o dinheiro é, ao contrário, uma condição de seu desenvolvimento e um motor do desenvolvimento de todas as forças produtivas, materiais e intelectuais. [...] Enquanto *representante material da riqueza universal*, enquanto *valor de troca individualizado*, o dinheiro deve ser *imediatamente* objeto, fim e produto do trabalho universal, do trabalho de todos os indivíduos singulares. O trabalho deve produzir imediatamente valor de troca, quer dizer, dinheiro. Ele deve ser, portanto, *trabalho assalariado*. [...] Produzimos a riqueza universal para nos apropriarmos de seu representante. ¹¹ [...] O pressuposto elementar da sociedade burguesa é que o trabalho produz imediatamente valor de troca, portanto dinheiro; e, em seguida o dinheiro compra imediatamente trabalho e, portanto, o trabalhador na medida em que este aliene sua atividade na troca. O *trabalho assalariado* de um lado, o *capital* de outro, são formas diversas do valor de troca desenvolvido e do dinheiro como sua encarnação. ¹² (Traduzido por CL).

O imbricamento e relações de reciprocidade entre estado e economia nos fazem pensar no desenvolvimento e desdobramento da mercadoria: mercadoria → dinheiro → capital → Estado. Assim como a diversidade das mercadorias encontra, *necessariamente*, sua unidade no dinheiro, como anteriormente foi explicitado, analogamente a miríade de empresas privadas encontra sua unidade no Estado - o que pode assim ser visualizado:

Empresas privadas		Unidade
A		
B	{	ESTADO
C		
D		
Etc.		

Estamos aqui em pleno coração do processo produtivo capitalista que - além das contradições iminentes à mercadoria, ao dinheiro, ao capital, às relações

¹¹ MARX, Karl. *Grundrisse*, Paris, Ed. Sociales, V.I, 1980, pp. 162-163.

¹² *Ibid.* p. 164.

produção/consumo, apresenta a impossibilidade de as unidades produtivas privadas regularem autonomamente suas relações de forma a dinamizar a economia.

Segundo Lênin

O Estado é o produto e a manifestação do fato de que as contradições de classe são *inconciliáveis*. O Estado surge no momento em que objetivamente as contradições de classe *não podem* ser conciliadas e, inversamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são irreconciliáveis.¹³ (Traduzido por CL).

A definição do Estado capitalista como sendo um estado de classes apresenta uma condição necessária, mas não suficiente para que possamos apreender sua especificidade, quer dizer, a *diferentia specifica* deste relativamente a outros estados de outros modos de produção.

Em termos metodológicos a especificidade de uma forma social num modo de produção determinado é assim expressa por Marx:

Quando falamos de produção, é sempre da produção em um estágio determinado de desenvolvimento social – da produção de indivíduos sociais. Poderia parecer que, para falar de produção em geral seria necessário acompanhar o processo de desenvolvimento histórico em suas diferentes fases [...]. Todas as épocas da produção têm certos caracteres comuns, certas determinações comuns. *A produção em geral* é uma abstração, mas uma abstração racional na medida em que sublinha e precisa efetivamente os caracteres comuns, nos evitando assim a repetição. Entretanto este *Universal*, ou este caracter comum, isolado por comparação, é ele próprio um conjunto articulado complexo dos quais os membros divergem para revestir determinações diferentes. [...] Certas determinações serão comuns à época mais moderna e outras à mais antiga. Mas se é verdade que as línguas mais evoluídas têm em comum com as menos evoluídas certas leis e determinações, é precisamente o que constitui sua evolução que lhes diferencia desses caracteres gerais e comuns. Também é necessário distinguir as determinações que valem para a produção em geral, a fim de que a unidade – que decorre do fato de que o sujeito - a humanidade - e o objeto - a natureza - são idênticos, não nos façam esquecer a diferença essencial.¹⁴ (Traduzido por CL).

Nesse sentido, para apreender o Estado capitalista torna-se necessário que o analisemos como produto e produtor das relações sociais de produção capitalistas. Ora, se o capital é uma relação social precisa e o Estado é aquele que garante a forma privada de acumulação, ao fazê-lo, o Estado assegura, ao mesmo tempo, a reprodução das classes sociais no modo de produção capitalista. Da mesma forma que o “*crescimento do*

¹³ LENINE, V.I. *L'Etat et la révolution*, In, O.C., T. 25, 1971, p.419.

¹⁴ MARX, Karl. Introduction à la critique de l'économie politique, In, *Contribution à la critique de l'économie politique*, Paris, Ed. Sociales, 1977, p.151.

capital é [...] o crescimento do proletariado”,¹⁵ a reprodução do capital implica a reprodução das classes sociais antagônicas nesse modo de produção além, naturalmente, de reproduzir, em escala ampliada, as condições materiais do processo produtivo.

O Estado, portanto, é produto das contradições existentes entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo; produção material e imaterial; emprego/subemprego e desemprego; forças produtivas e forças improdutivo-destrutivas; relações de produção entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção e subsistência - em síntese: o resultado de classes sociais, regidas por relações conflitivas, contraditórias e antagônicas de uma sociedade irremediavelmente cindida. O caminho científico que procura desvendar o real não pode fugir destas categorias para *determiná-lo*.

A apreensão do Estado enquanto garantidor da forma privada de acumulação *põe* determinados problemas na medida em que os capitais múltiplos não têm os mesmos interesses, já que sua produção não é reconhecida como social *ex ante* o processo produtivo, mas, somente, *ex post*. Dito de outra forma, a produção das inúmeras unidades produtivas privadas só é reconhecida como social quando o capital-mercadoria é realizado como mercadoria, se transformando em capital-dinheiro. Essa operação não se constitui em uma tarefa fácil, visto que na esfera da circulação os capitais múltiplos concorrem entre si pela apropriação de mais-valia. A ação do Estado capitalista é, aí, inegavelmente, crucial.

Neste sentido, a ação estatal não se dirige a um capital individual qualquer. Sua ação visa o conjunto dos capitais para que a forma privada de acumulação seja efetivamente garantida. Assim, uma política pública do Estado capitalista pode perfeitamente dinamizar determinados setores da classe capitalista em detrimento de outros, para preservar o processo de reprodução ampliada do capital. Aparentemente acima das classes sociais, o Estado assegura a reprodução material e social, bem como as condições ideológico-jurídicas da relação social de produção capitalista. “*Assim podemos afirmar que para a burguesia, o direito e o Estado são realidades objetivas das quais ela não pode prescindir assim como da mais-valia*.”¹⁶

O reconhecimento da interpenetração orgânica do ideológico-jurídico e do econômico é de grande importância para que possamos apreender a especificidade do

¹⁵ MARX, Karl. *Travail salarié et capital*, Paris, Ed. Sociales, 1975, p. 39.

¹⁶ VINCENT, J. M. Etat et accumulation, In, *Les mensonges de l'Etat*, Paris, Ed. Le Sycomore, 1979, p.127. (tradução livre efetuada por CL).

Estado no modo capitalista de produção já que as relações sociais precisam ser legalizadas, reguladas. Essa constatação já havia sido feita por Marx:

As mercadorias são coisas e, [...] para pô-las em relação umas com as outras a título de mercadorias, seus portadores devem eles próprios entrar em relação entre eles a título de pessoas cuja vontade de um é também a vontade do outro e que cada um se aproprie da mercadoria do outro, abandonando a sua, por meio de um ato voluntário comum. Eles devem se reconhecer reciprocamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, que tem por forma o contrato, legalmente desenvolvido ou não, é a relação de vontades na qual se reflete a relação econômica, ela própria.¹⁷ (Traduzido por CL).

Fica claro, pelo exposto, que a produção da célula mais simples da sociedade burguesa – a mercadoria – requer a presença do Estado para que ela e, conseqüentemente, o mundo do capital possa se desenvolver, se desdobrar em plenitude. No capitalismo, a troca de mercadorias só é igual na aparência, na superfície da sociedade, posto que ela implica na produção de mais-valia, e que, portanto, trata-se de uma troca de não-equivalentes – já que o capitalista se apropria de um sobretrabalho que não pagou e que, portanto, nada lhe custou.

No modo de produção capitalista o processo de produção do capital possui três características, que são:

- 1) transferência de uma parte alíquota do valor do capital fixo ao produto final e, no mesmo movimento, transferência total do valor do capital circulante (pertencente ao capital constante) ao valor da mercadoria produzida;
- 2) reposição do valor do capital variável, que foi gasto na compra da força de trabalho sob a forma salário, no valor da mercadoria e,
- 3) produção de sobretrabalho, que é a mais-valia, o trabalho não pago que é apropriado pelo capitalista.

Ora, estas características do trabalho vivo (*in actu*) aparecem de forma invertida, ou seja, como produto da esfera da circulação e não da esfera da produção. No mundo do capital, o fetichismo impera e, *pour cause*, as relações sociais, o excedente econômico e suas manifestações (lucro, juro, renda, aluguel, imposto) parecem ser produtos da circulação, da troca, e não das relações sociais de exploração que explicariam a forma social típica do excedente: a mais-valia. Deste ponto de vista,

¹⁷ MARX, Karl. *Le capital*, L. I, T. I, Paris, Ed. Sociales, 1975, p. 95.

Na fórmula capital – lucro, ou melhor, capital – juro, terra – renda fundiária, trabalho – salário, nesta trindade econômica que quer estabelecer uma conexão interna entre os elementos de valor da riqueza e de suas fontes, a mistificação do modo capitalista de produção, a reificação das relações sociais, a imbricação imediata das relações de produção materiais com sua determinação histórico-social se encontram cumpridas; e é o mundo encantado e invertido, o mundo de pernas pro ar no qual o *Monsieur Le Capital* e *madame Terre*, como caracteres sociais, mas ao mesmo tempo simples coisas, dançam sua dança fantasmagórica.¹⁸ (Tradução livre CL).

As unidades produtivas privadas têm por objetivo se apropriar da maior taxa de lucro possível e, em virtude disso, enfrentam-se numa luta encarniçada pela apropriação de uma parte alíquota da mais-valia produzida.

Na medida em que é necessário regular “as vontades que habitam nas próprias coisas”, a necessidade do jurídico - como da produção de mais-valia - decorre do desdobramento das próprias coisas. Nesse sentido, o Estado, como instituição aparentemente acima das classes sociais, tem suas funções tornadas mais complexas no momento em que se depara, nesse nível, com dois tipos de problemas:

- a) circulação de mercadorias e,
- b) produção de mercadorias e produção de mais-valia.

No ‘império’ do capital, o trabalho humano gasto na produção de mercadorias enquanto trabalho privado, só pode tornar-se social quando assume a forma social de trabalho abstrato. O eixo do problema é que os trabalhadores - que têm como única propriedade a força de trabalho - são constrangidos, compelidos a vendê-la “livremente” no mercado de mão-de-obra para os capitalistas – proprietários dos meios de produção e subsistência. Os trabalhadores não necessariamente conseguem vender sua força de trabalho ao *M. Le Capital*. Grande parte deles conhece durante sua vida a rua da amargura. São os excluídos do processo produtivo-consuntivo capitalista. O capital não emprega toda a força de trabalho disponível. Parte ponderável dela vai engrossar as fileiras do exército industrial de reserva. Ora, se o mundo do capital é mercantil, a força de trabalho que não consegue comprador viverá de migalhas, de favores, da solidariedade de uns e, também, da intervenção do Estado no sentido de minimizar as ‘sofrências’ dos excluídos e, ao mesmo tempo, de garantir, para a classe capitalista, uma mão-de-obra apta a agir no mercado. A intervenção estatal não se dá unicamente na superestrutura mas, também, na infraestrutura.

¹⁸ MARX, Karl. *Le capital*, Paris, Ed. Sociales, L. III, T. III, 1974, pp. 207-208.

A gestão da força de trabalho pelo Estado:

responde a uma necessidade do capital que não pode ser diretamente satisfeita pelo próprio capital. [...] P. Grevet aponta que ‘tudo que não é necessidade imediata de manutenção de um produtor de mais-valia tende a ser afastado’ pelo capital, o que torna necessária uma ‘forma não mercantil de sustento’ para assegurar a renovação da força de trabalho como ‘mercadoria explorada. [...] A análise feita aqui trata principalmente de um tipo de intervenção estatal cuja forma, mesmo se modificando, permanece sempre condicionada pelas características capitalistas de utilização da força de trabalho.¹⁹

Como se sabe, o ponto central para a compreensão da economia capitalista é, indiscutivelmente, a relação social básica que constitui este modo de produção, ou seja, a relação capital-trabalho. Nela é que podemos visualizar o que se passa na compra e venda da mercadoria *força de trabalho*, produtora do excedente econômico que assume a forma social de mais-valia. *Ab initio*, a compra desta mercadoria especial (D – Ft) pelo capitalista é, ao mesmo tempo, venda (Ft – D) feita pelo proprietário da força de trabalho. A troca de mercadorias é formalmente uma troca de equivalentes: a mercadoria dinheiro (D) pela mercadoria força de trabalho (Ft). Seus proprietários, portadores de mercadorias, são, dessa forma, juridicamente iguais: um quer comprar e o outro quer vender e são livres para fazê-lo. A aparência de igualdade dessa relação esconde a realidade da exploração do processo capitalista de produção, que anteriormente apontamos e cujas *determinações* são feitas por Marx em sua obra magna.

Se atentarmos para a relação acima descrita veremos que o dinheiro da compra efetuada pelo capitalista (D – Ft) circula como capital-dinheiro e o dinheiro da venda (Ft – D) da mercadoria força de trabalho paga pelo mesmo capitalista, circula como dinheiro-salário. No primeiro caso, o dinheiro funciona como capital porque tem poder para comprar meios de produção e força de trabalho - se valorizando no processo; enquanto no segundo, o dinheiro-salário funciona como dinheiro porque não tem poder para comprar nem meios de produção, nem força de trabalho - cingindo-se, exclusivamente, à compra de meios de subsistência. O dinheiro funciona, neste caso, como meio de circulação. O capital-dinheiro, todo poderoso nas mãos do funcionário do capital, transforma-se como que por encanto no não-poder do dinheiro-salário, propriedade dos trabalhadores assalariados. Assim:

¹⁹ BRUNHOFF, S. *Estado e capital – uma análise de política econômica*, RJ, FU, 1985, p.7.

A circulação do dinheiro, considerada em si mesma, se extingue necessariamente no dinheiro enquanto objeto imóvel. A circulação do capital se reinicia constantemente por si mesma, se cinde em seus diversos momentos, é um *perpetuum mobile*. A fixação do preço na circulação monetária era puramente formal já que o *valor* está pressuposto independentemente da circulação monetária. A circulação do capital *põe o preço*, não só formalmente, senão de maneira real, enquanto põe o valor.²⁰ (Tradução livre CL).

Se não existisse alguma norma e alguma instituição para regular a troca desta mercadoria especial - *força de trabalho*, seu uso pelo capitalista iria até seu esgotamento, posto que “para o capitalista o apetite de sobretrabalho se manifesta por sua louca paixão a prolongar desmesuradamente a jornada de trabalho”.²¹ É nesse jogo contraditório que o Estado capitalista deve garantir a produção e reprodução da força de trabalho empregada enquanto horas de trabalho, condições materiais e sociais do processo produtivo etc. Ao fazê-lo, o Estado determina, ao mesmo tempo, as condições de transformação da atividade produtiva em trabalho abstrato. É nesses termos que podemos falar da ação estatal como sendo, na feliz expressão de Engels, “o capitalismo coletivo na idéia”.²²

No mesmo sentido:

Para ‘regrar’ os salários, isto é, para fazê-los entrar nas cadeias e redes de equivalências, foi preciso uma doutrina, um direito, julgamentos e juízes, sanções. Da mesma maneira, para submeter os trabalhadores às disciplinas da oficina e da empresa, ao trabalho. Esse é um momento essencial da acumulação. Nesse processo, o Estado não é indiferente e neutro em relação às classes.²³

Sendo o Estado o unificador da pluralidade das empresas privadas, o *tertius* que garante a forma privada capitalista de acumulação, podemos observá-lo em ação, quando nos debruçamos sobre o ciclo do capital produtivo - já que este é o responsável pela produção de mais-valia e é na produção que encontramos o segredo do excedente econômico no capitalismo. O ciclo do capital produtivo pode assim ser descrito:

P.... M'.... D'....M.....P

No movimento M'...D' encontramos a ação do Estado em termos do crédito ao consumidor e do financiamento dos investimentos privados. No movimento D'....M temos dois fenômenos que são a compra de meios de produção e a compra da força de

²⁰ MARX, Karl. *Grundrisse*, México, Siglo XXI, T. 2, 1997, p. 4.

²¹ MARX, Karl. *Le capital*, Paris, Ed. Sociales, L.I, T.I, 1975, p. 232.

²² ENGELS, F. *Anti-dühring*, Paris, Ed. Sociaales, 1971, p.315.

²³ LEFEBVRE, H. De l'Etat, apud Ethel Kosminsky e Margarida Andrade, *O Estado e as classes sociais*, In, Henri Lefebvre e o retorno à dialética (org.) José de Souza Martins, SP, Hucitec, 1996, p. 57.

trabalho. Para a compra dos meios de produção, o Estado deve ter divisas, pois estes, sobretudo no que concerne aos países retardatários, são, em parte, comprados nos países hegemônicos. Do lado da força de trabalho, o Estado deve regular, e quase sempre o faz, a compra dessa mercadoria especial.

Finalmente o Estado deve velar para a manutenção e, mesmo, crescimento da taxa de lucro das unidades produtivas privadas. Para fazê-lo, intervém de formas diversas, entre as quais:

- a) propiciando as condições para a manutenção e aumento da mais-valia. Este aumento pode se realizar através de mecanismos inerentes à produção de mais-valia absoluta, relativa ou as duas concomitantemente e,
- b) fornecendo as condições para o aumento da velocidade de rotação do capital, o que repercute positivamente na taxa de lucro e, além do mais, diminui o período de vida do capital.

Pelo acima exposto, o Estado capitalista encontra-se intimamente ligado à dinâmica capitalista, dela não podendo ser desvinculado, pois as taxas crescentes de acumulação do capital impõem o aperfeiçoamento e o desenvolvimento do Estado. Na realidade, temos que ficar atentos para a envolvente e dinâmica realidade capitalista com seus ciclos de positividade e negatividade em níveis internacional e nacional. Cabe ao pensamento científico acompanhar as mudanças que se processam no real, tanto nos países hegemônicos quanto nos retardatários. Semelhanças entre ambas realidades existem, mas o pensamento crítico não pode descurar tratar-se de realidades diferenciadas, apresentando distintos graus de desenvolvimento econômico e integração ao processo de globalização em curso. As economias integradas, capitaneadas pelos Estados Unidos, possuem os departamentos I, produtor de máquinas de produzir máquinas, o II, produtor de meios de consumo para assalariados e meios de consumo de luxo e o III, produtor de não-mercadorias²⁴, sendo este o responsável pela dinamização da economia pós-30.

²⁴ “A não-mercadoria é a forma que assume o resultado das relações sociais de produção, a partir de certo estágio das forças produtoras de mercadorias, na qual se materializa o trabalho humano improdutivo, e representa o desvio de parte da potência social de trabalho para atividades não-reprodutivas: não-meios-de-consumo individual e não-meios-de-consumo produtivo. No terciário não-tecnicamente necessário ao processo coletivo de trabalho e no resultado da produção capitalista que se situa “fora do comércio”, isto é, na parte que constitui monopólio do governo, subjazem as relações sociais de produção de não-mercadorias. Impossibilitada de assumir a forma mercadoria, devido à insuficiência da capacidade de consumo da coletividade, tal como se apresenta condicionada pela distribuição de renda no regime

Financiamento dos gastos estatais

O Estado capitalista pode financiar basicamente de três formas seus gastos crescentes:

primeiro, criando empresas estatais produtoras de excedentes que, por sua vez, podem ser usados para cobrir o capital social e as despesas correntes de cunho social; *segundo*, emitindo títulos da dívida e tomando empréstimos por conta de futuras receitas fiscais; *terceiro*, elevando os impostos e criando novos.²⁵

Os investimentos do governo em empresas estatais e o aumento da dívida pública de forma alguma aliviam a liberação fiscal do Estado. Ambas políticas públicas têm como elemento fundante e fundamental a garantia dos lucros para as unidades produtivas privadas. O sobrelucro produzido e não apropriado pelas empresas estatais é direcionado para as empresas privadas, a fim de que estas possam ter ampliada a acumulação do capital.

O endividamento público nasce da função do dinheiro enquanto meio de pagamento que, por sua vez, cria dois novos agentes na sociedade capitalista dividida e endividada: credor e devedor. Não é por acaso que encontramos em *O Capital* a afirmação seguinte:

Cabe, ademais, que estes mesmos papéis se apresentem em cena independentemente da circulação de mercadorias. Assim, por exemplo, a luta de classes no mundo antigo reveste primordialmente a forma de uma luta entre credores e devedores terminando por subjugar os devedores plebeus, convertidos em escravos. Na Idade Média esta luta termina com a derrota do devedor feudal, que perdia seu poder político ao perder sua base econômica. Sem embargo, aqui a forma dinheiro – a relação entre credores e devedores assume a forma de uma relação de dinheiro - não faz mais que refletir o antagonismo de condições econômicas de vida mais profundas.²⁶ (tradução livre CL).

capitalista, uma parcela crescente das forças produtivas é sistematicamente desviada da esfera da produção e da reprodução. Assume a forma de não-mercadorias, não-meios-de-consumo-individual e não-meios-de-consumo produtivo, inacessíveis aos consumidores finais de mercadorias. Representa sua produção uma redução da taxa de desenvolvimento das forças produtivas. Isto significa que, ao lado das mercadorias que destruíram parcial ou completamente a forma produto no processo histórico de dominação do modo capitalista de produção, se instaura a produção de não-mercadorias, nas quais subjaz o trabalho humano desviado da esfera da produção, e que são adquiridas apenas pelo governo". CAMPOS, Lauro. *A crise completa, a economia política do não*, SP, Boitempo, 2001, p.3.

²⁵ CONNOR, James O'. *USA: A crise do estado capitalista*, RJ, Paz e Terra, 1977, p. 181.

²⁶ MARX, Karl. *El capital*, T. I, op. cit., p.93.

Foi Colbert, Ministro das Finanças na França, que afirmou, de forma lapidar, que a moeda é coisa muito perigosa, pois serve até para fazer a guerra. É o desenvolvimento do dinheiro-crédito que, nascido na produção, vai escrevendo com seus hieróglifos a necessidade de financiamento da acumulação capitalista tanto do lado do consumo quanto da produção. A unidade da compra e da venda – não existe compra sem venda nem venda sem compra – se desenvolve e seu processo de desenvolvimento é o de sua separação, que o dinheiro-crédito possibilita ao diferir - no tempo e no espaço - a transação mercantil. Esta deixa transparecer o lado positivo do crédito, na medida em que este serve de mola propulsora ao processo acumulativo capitalista produzindo e ocultando, ao se generalizar, o lado negativo da relação mercantil, que é inerente a essa separação, pois quando

tem que haver pagamentos efetivos, o dinheiro já não atua como meio de circulação, como forma mediadora e chamada a desaparecer [...] senão como a encarnação individual do trabalho social [...] como mercadoria absoluta. Esta contradição explode nesses momentos de crises comerciais e de produção a que se dá o nome de *crises do dinheiro*.²⁷ (Tradução livre CL).

O lado negativo, oculto, porém real, se manifesta concretamente nas crises capitalistas que impõem a “existência celeste” das mercadorias em detrimento de sua forma terrestre, profana.

O’ Connor em seu importante livro tece, entre outras, as seguintes considerações sobre a não-concorrência entre o Estado e as empresas capitalistas: em primeiro lugar, avança a idéia de que, em termos puramente teóricos, não existiriam “barreiras a entrada” na esfera produtiva para os capitais estatais. A força de trabalho voltada para o desenvolvimento científico, assim como a mão-de-obra técnica e menos qualificada não seria escassa. Em segundo lugar, haveria *know-how* suficiente, tanto organizacional quanto administrativo, para a acumulação das empresas estatais. Em terceiro lugar, mas não menos importante, haveria experiência acumulada nas áreas de financiamento, *marketing* e outros setores da atividade industrial. O citado autor ainda aduz o fato de que o estado poderia utilizar terras públicas como fonte de matérias-primas, combustível etc - o que lhe proporcionaria uma diminuição nos custos e conseqüente aumento na taxa de lucro. O investimento estatal deveria ocorrer no setor monopolista da economia

²⁷ MARX, Karl. *El capital*, T.I, op. cit. p. 95.

(e não no concorrencial) por possuir altas taxas de lucro, o que remuneraria condizentemente o volume de capital aplicado.²⁸

Malgrado o desenvolvimento lógico apresentado pelo autor, nos parece que lhe escapam as *determinações* do processo em tela. Na realidade, a presença do estado na esfera produtiva ocorre até a grande crise capitalista de 1929. O Estado nela se encontra porque, durante todo o século XIX e início do XX, o desenvolvimento do capitalismo se faz, se processa, através do desdobramento do departamento II e da gênese e desenvolvimento do departamento I. O DII domina o processo produtivo por meio da produção de mercadorias necessárias à reprodução da força de trabalho assalariada e da produção de mercadorias de luxo voltadas para o consumo da elite capitalista. Já na metade do século XIX, a estrutura produtiva fundada no capital fica mais complexa e completa ao se institucionalizar o departamento I (produtor de máquinas de produzir máquinas). É deste departamento que nasce e se desenvolve a revolução industrial. Como bem *determinou* Marx:

Toda maquinaria um pouco desenvolvida se compõe de três partes substancialmente distintas: *o mecanismo de movimento, o mecanismo de transmissão e a máquina-ferramenta ou máquina de trabalho*. Desta parte da máquina, máquina-ferramenta é de onde arranca a revolução industrial do século XVIII. É daí o ponto de partida da constante transformação da indústria manual ou manufatureira em indústria mecanizada.²⁹ (Tradução livre CL).

Os instrumentos de trabalho antropomorficamente se constituem em um prolongamento da mão do homem, sendo importantes para a consecução e aprimoramento do metabolismo homem-natureza. No caso do desenvolvimento das máquinas de produzir máquinas, ou seja, do DI, a máquina ferramenta substitui a mão do homem dispensando-o do trabalho, posto que a máquina total - sendo sociomórfica - traz consigo a marca da sociedade e esta prima pela exclusão, pelo alijamento, pela exploração dos trabalhadores.

A existência do departamento II com suas relações internas contraditórias provocava, implicava as intermitentes crises de subconsumo e realização que caracterizaram o século XIX. O desenvolvimento do departamento I, ao mesmo tempo em que ampliou a dinâmica econômica, aprofundou e diversificou as crises capitalistas com o aparecimento das crises de sobreacumulação e baixa da taxa de lucro. As relações contraditórias de complementaridade e negação entre os dois departamentos

²⁸ Ver O'CONNOR, J. op. cit. p. 182.

²⁹ MARX, K. *El capital*, México, FCE, T.I, 1973, p. 304.

vão desembocar na crise de 1929. A estrutura produtivo-consuntiva fundada na produção dos bens de luxo entra em crise. É exatamente aí que se desenvolve o departamento III (produtor de não-mercadorias). O capitalismo se caracteriza pela produção de mercadorias. A crise de 1929 representa a exaustão da dinâmica capitalista fundada nos departamentos I e II e, portanto, a crise do mundo das mercadorias. A partir de então, a dinamização da economia será efetuada pelo departamento III, produtor de não-meios-de-consumo e não-meios-de-produção (não-mercadorias).

Com o desenvolvimento deste novo departamento, o Estado deixa a esfera da produção, se deslocando para a esfera da circulação, do consumo, para demandar as mercadorias que os trabalhadores assalariados não podiam fazê-lo, diferentemente do que havia apontado O' Connor.

O fantástico desenvolvimento da produção deste departamento permite a recuperação do capitalismo, que passa a ser capitaneado pela produção improdutivo-destrutiva. A gênese e o desenvolvimento do departamento produtor de não-mercadorias são, com lucidez, clareza e profundidade desenvolvidos por Lauro Campos no livro citado.

A partir de 1970, a economia capitalista encontra-se completa, estruturada nos departamentos produtores de mercadorias e no de não-mercadorias. Todos os sujeitos sociais estão em cena e, agora, na crise da economia keynesiana, temos a negação da negação, ou seja, as não-mercadorias estão sendo negadas - como passaremos a analisar.

A dívida pública

Inegavelmente a dívida pública se constitui numa das grandes alavancas propulsoras da dinâmica acumulativa capitalista.

O sistema do crédito público, isto é, da dívida do estado, cujas origens descobrimos já em Gênova e em Veneza na Idade Média, se alastrou por toda Europa durante o período manufatureiro. [...] A dívida pública, ou seja, a alienação do estado –absoluto, constitucional ou republicano- , imprime sua marca na era capitalista. A única parte da chamada riqueza nacional que entra real e verdadeiramente em posse coletiva dos povos modernos é ... a dívida pública. Por isso é perfeitamente conseqüente essa teoria moderna segundo a qual um povo é tanto mais rico quanto mais endividado se encontra. O crédito público se converte em credo do capitalista. E ao surgirem as dívidas do Estado,

o pecado contra o Espírito Santo, para o qual não existe remissão, cede seu posto ao perjúrio contra a dívida pública. [...]

A dívida pública se converte em uma das mais poderosas alavancas da acumulação originária. É como uma varinha mágica que infunde virtude procriadora ao dinheiro improdutivo e o converte em capital sem expô-lo aos riscos nem ao esforço que sempre traz consigo a inversão industrial e inclusive usurária. Na realidade, os credores do estado não entregam nada, pois a soma emprestada se converte em títulos da dívida pública, facilmente negociáveis, que seguem desempenhando em suas mãos o mesmíssimo papel do dinheiro.³⁰ (Tradução livre CL).

Para Marx a dívida pública vai ter suas determinações ligadas ao processo de produção manufatureiro, ao sistema colonial, premiando os tomadores de títulos públicos, a cujos *“bolsos afluem boa parte dos empréstimos do estado, como um capital caído do céu”*. Nesse período, a dívida pública serviu de acicate, de impulsionadora das *“sociedades anônimas, ao comércio de títulos estatais de toda espécie, à agiotagem, ao jogo da bolsa, assim como à moderna bancocracia”*.³¹

Do ponto de vista da economia hegemônica, a dívida pública serve aos interesses e é dinamizada pelo sistema colonial. Já, no pólo oposto, o da economia retardatária, dominada, a dívida pública não deixará de se relacionar com a estrutura produtiva internacional e de demonstrar, de imediato, seu caráter dependente *vis-à-vis* necessidade de importação do capital constante, insumos e meios de transporte produzidos nos países cêntricos e, também, de demonstrar que as exportações de produtos primários não podiam, ou melhor, não eram suficientes para cobrir as importações que a estrutura primária dos países de capitalismo tardio impõe à economia e ao governo periféricos.

Com a dívida pública surgiu um sistema internacional de crédito, por trás do qual se esconde, com frequência, em tal ou qual povo, uma das fontes de *acumulação originária*. Assim, por exemplo, as infâmias do sistema de rapina seguido em Veneza constituem uma dessas bases ocultas da riqueza capitalista holandesa, a quem Veneza decadente, emprestava grandes somas de dinheiro.³² (Tradução livre CL).

Ao desenvolvimento da dívida pública há que corresponder uma entrada de recursos para que o Estado capitalista possa fazer face aos juros e demais pagamentos que sua atividade ensejar e, por isso, o seu complemento necessário é o sistema tributário. Os empréstimos estatais vêm tornar a carga tributária cada vez mais pesada e, como os

³⁰ MARX, K. *El capital*, op. cit.T.I, p. 641.

³¹ MARX, K.. Ibid. P.641

³² MARX, K.. Ibid. p. 642.

tributos recaem principalmente nas mercadorias consumidas pelos trabalhadores assalariados, são eles os definitivamente punidos por essa estrutura.

Como a dívida pública tem que ser respaldada pelas rendas do Estado, que têm de cobrir os juros e demais pagamentos anuais, o sistema dos empréstimos públicos tinha que ter forçosamente seu complemento no moderno sistema tributário. Os empréstimos permitem aos governos fazer face aos gastos extraordinários sem que o contribuinte, de imediato, se dê conta, mas provocam, ao longo do tempo, um aumento dos tributos. Por seu turno, esse aumento que traz consigo a acumulação das dívidas contraídas sucessivamente obriga o governo a emitir novos empréstimos, enquanto se apresentam novos gastos extraordinários. O sistema fiscal moderno, que gira todo em torno dos impostos sobre os artigos de primeira necessidade (e, portanto, de seu encarecimento) traz, em si, como se vê, o meio propulsor de sua progressão automática.³³

O sistema colonial, a dívida pública, a montanha de impostos, o protecionismo, as guerras comerciais, etc., todos estes produtos do verdadeiro período manufatureiro se desenvolveram em proporções gigantescas durante os anos de infância da *grande indústria*.³⁴ (Tradução livre CL).

Na economia capitalista hegemônica, possuidora do departamento III, à insuficiência de demanda efetiva por parte dos trabalhadores o Estado responde com a contratação de trabalhadores improdutivos/destrutivos pagos com o *state money* governamental a fim de criar demanda para as empresas privadas e salvá-las da bancarrota. A enxurrada de recursos oriundos das despesas com a produção de não-mercadorias só pode ser resolvida com o contrapolo da inflação que é a dívida pública. Com uma das mãos o governo irriga a economia e, com a outra mão, ele enxuga os recursos que havia injetado na economia e que provocariam inflação.

A dívida pública permanece e se amplia porque ela passa a ser o contrapolo do dinheiro-estatal, que marca o curso, o circuito daquele dinheiro e mantém a inflação dentro de taxas que permitem a reprodução do sistema. No entanto, como a taxa de acumulação das indústrias e serviços que vendem não-mercadorias para o governo é muito elevada, os gastos governamentais são obrigados a aumentar, impondo ao governo o recurso a emissões cada vez maiores. Se o governo não fizesse novas e mais elevadas emissões, os fornecedores e industriais que vendem para o governo faliriam. A solução autoritária centrada no Estado comprador de não-mercadorias é contraditória e caminha para a crise da dívida pública.³⁵

É a partir das duas primeiras décadas do século passado que vamos assistir a mudanças fundamentais no processo produtivo capitalista. Até então o processo de produção de mercadorias requeria a constante revolucionarização dos meios de trabalho e, portanto,

³³ MARX, K. Ibid. p. 643

³⁴ MARX, K. Ibid. p. 644.

³⁵ CAMPOS, Lauro. *Inflação: um problema metodológico – além do estruturalismo enganado*, BSB, Senado Federal, 1999, p. 16.

como que primava pela busca da eficiência. Esse lado positivo da produção incessante de instrumentos de trabalho que propiciem maior produtividade tem, também, seu lado negativo, pois diminui os custos de produção, tendo, como consequência, diminuição dos preços das mercadorias e, finalmente, ocasiona uma baixa da taxa de lucro das unidades produtivas privadas. O caráter dual, conflitivo, contraditório e antagônico nas relações sociais do processo de produção capitalista é que evidencia, por um lado, a natureza excludente tanto da propriedade dos meios de produção e subsistência por uma minoria, quanto da não-propriedade desses mesmos meios pela grande maioria da sociedade. Por outro lado, depara-se com a privatização dos frutos do trabalho por um punhado de capitalistas, por uma minoria, em contraposição à socialização do trabalho pela maioria da sociedade. Isso mostra as *determinações* das relações sociais de produção no que diz respeito ao processo de trabalho. Como afirma Campos:

A produção eficiente de máquinas por meio de máquinas tende a abolir a escassez dos instrumentos de trabalho. Se fosse abolida a escassez capitalista, os trabalhadores não precisariam continuar como assalariados, eles poderiam trabalhar com suas próprias máquinas. As relações sociais da produção capitalista seriam abolidas. O lucro desapareceria porque como afirmam os neoclássicos e Keynes, o lucro, o juro, o aluguel, a renda da terra são rendas derivadas da escassez. A economia é, para os neoclássicos, a “ciência da escassez, da escolha entre fins e meios escassos com usos alternativos”.

Se todos os ‘agentes’ possuísem dinheiro em abundância, ninguém pagaria juro para usar dinheiro alheio. A taxa de juro é, segundo Keynes, o preço decorrente da escassez de dinheiro, paga para que os emprestadores renunciem ‘a posse do dinheiro líquido’ e que os devedores pagam para gozarem da liquidez.

Se todos que desejassem trabalhar a terra tivessem acesso a ela, inexistiria o arrendamento, a meia, a terça, o aluguel de terras.³⁶

Portanto é a eficiência capitalista que se constitui no seu próprio calcanhar de Aquiles, pois a produção mais eficiente dos meios de subsistência produzidos por trabalhadores utilizando máquinas que possibilitam a potencialização de sua produtividade no processo de trabalho, acarreta a baixa da taxa de lucro ao diminuir os preços das mercadorias que fazem parte da cesta de consumo dos trabalhadores e, *pari passu*, tende a abolir a escassez da produção fundada na exclusão dos trabalhadores.

O processo de acumulação traz, consigo, a concentração e centralização do capital. Apesar de serem diferentes são, também, na realidade, complementares. Temos aí, a diversidade na unidade do processo de acumulação. Este, por intermédio da

³⁶ CAMPOS, Lauro. *A técnica e a ciência como ideologia*, mimeo, s/d.

centralização, produz os cartéis, trustes, oligopólios e monopólios inerentes à dinâmica capitalista aquando de um avançado desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. O capital é “*aeternum mobile*” e, como “*valor em processo*”, tende continuamente a aumentar a sua composição orgânica por meio das invenções e inovações tecnológicas. Os funcionários do capital, dado o processo de concorrência desenfreado dos capitais múltiplos, são constringidos a inventar e inovar tecnologicamente sob pena de serem engolidos pelos capitais que investiram em P&D. São exatamente os cartéis e oligopólios de preços e quantidades que irão determinar o nível e a quantidade de preços e mercadorias³⁷, respectivamente, a fim de reproduzir o capitalismo e manter as forças produtivas no casulo das relações sociais típicas desse modo de produção.

O Estado capitalista vai se transformando e de mercantilista passa a industrialista, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento dos departamentos produtores de mercadorias e, a partir da crise de 1929 passa a ser o

sustentáculo das atividades improdutivas, destrutivas e inúteis, (keynesianas). Por sua vez a ideologia – que deixou de justificar o primado das atividades mercantis internacionais (1776), para passar a justificar a acumulação de capital industrial, - finalmente diante da crise de sobreacumulação de capital, de abundância de capital produtivo (1929), passou a justificar a produção de não-mercadorias, não-meios-de-produção e não-meios-de-consumo, comprados pelo governo keynesiano.³⁸

Foi, incontestavelmente, o desenvolvimento das forças produtivas que produziu a perda, pelo trabalhador, do controle do processo de trabalho. É no início do século XX que Ford, arguto capitalista norte-americano, desenvolverá o chamado *modelo T* da linha de montagem de seus automóveis. O processo de produção capitalista escapa, assim, do controle operário. É a linha de montagem, a linha de produção a qual o trabalhador só tem uma alternativa: obedecer o ritmo da máquina. Agora o homem passa a ser dominado pela máquina. O criador passa a ser escravo de sua criatura, é o reino do fetichismo da mercadoria. O sujeito homem se ajoelha impotente, enfraquecido diante do objeto por ele produzido: o Deus-mercadoria.

Essa modificação no processo produtivo ocorre no momento em que politicamente o homem se depara com alternativas pouco ou nada dignificantes de sua trajetória no mundo: nazi-fascismo, stalinismo e social-democracia. É no emaranhado

³⁷ Ibid.

³⁸ Ibid.

das contradições oriundas do processo produtivo e transpostas para o cenário sócio-político que vamos ter uma mudança qualitativa na estrutura da economia capitalista: a crise de 1929, que marca o fim do liberalismo econômico e o concomitante início da economia keynesiana e, *pour cause*, do Estado do Bem-Estar Social.

O Estado keynesiano vai consumir no lugar dos trabalhadores assalariados. Dessa forma sustentará a taxa de lucro das empresas que fornecem para ele, governo, as não-mercadorias que os trabalhadores assalariados, endividados e divididos, não têm condições de consumir. Somente os Estados Unidos apresentou uma taxa de desemprego relativamente pequena, ou seja, 4 % e, isso, devido ao fato de que o Estado norte-americano era responsável pelo emprego de 17% da população economicamente ativa.³⁹ Na falência do *laissez-faire*; na crise do mundo das mercadorias fundadas nos bens de luxo; no desemprego crítico - uma média de 22 a 23% nos países europeus, a explosiva taxa de 44% na Alemanha -, a saída proposta pelo capital foi a exacerbação de sua virulência. A Europa conheceu o nazi-fascismo colocando Hitler e Mussolini no poder. Hitler foi içado ao governo prometendo empregar os alemães e, para isso, lançou mão da dívida pública.

Nesse sentido advertia energicamente, em 1936, Lefebvre e Gurtterman:

Este mundo capitalista é perpetuamente, na paz como na guerra, um destruidor.

Em 1930 e 31 se destruíram os estoques. Em 1933 e 34 os campos.O que será agora necessário destruir num grandioso ritmo?

Homens!

Só um imenso aniquilamento de coisas e de seres humanos pode agora permitir ao capitalismo recomeçar durante algum tempo seu ciclo, caminhar sobre sua rota cada vez mais sangrenta, continuar um pouco mais uma história todavia já sem justificação possível.

A fome começou a operação. Ela elimina muitos desses escravos. Mas não se pode contar muito com a dizimação pela fome. Meio lento e perigoso.

É necessário para o salvar uma grande carnificina deste Homem doente que não é mais tal ou qual império, mas o mundo capitalista inteiro. Uma segunda tentativa de tratar energicamente sua mortal pleura –uma *segunda* tentativa- está na ordem do dia. Mais grandiosa que a primeira, - com uma fúria de forças destruidoras bem mais colossal, ela será também mais lúcida, precedida pelo asfixiamento de toda consciência clara das realidades, pelas tentativas de eliminar <<pacificamente>> os excedentes de população: judeus, desempregados, indígenas; precedido também pela utilização sistemática dos

³⁹ Ver a esse respeito, CAMPOS, Lauro. *A crise completa, a economia política do não*, SP, Boitempo, 2001, p. 289.

armamentos como mercados comerciais, pelas ameaças, intrigas e chantagens próprios da guerra.

Ou *isso* – ou a organização da economia mundial, a libertação revolucionária das forças produtivas internacionais!⁴⁰ (Tradução livre CL).

A partir da crise de 1929 o Estado keynesiano, improdutivo, bélico, destruidor irá resolver a crise de insuficiência de demanda efetiva ao se transportar e concentrar na esfera da circulação lançando mão, entre outras medidas de política econômica, da emissão de moeda estatal e do déficit público a fim de garantir a reprodução ampliada do capital. O Estado keynesiano, estado interventor, vai desenvolver-se durante 30 gloriosos anos (1940-1970) com o nome de Estado do Bem-Estar Social sendo, também, o Estado da guerra. A expressão foi muito bem cunhada por O'Connor: *Well/warfare State*.

As contradições engendradas no processo de produção e circulação do capital vão ser capitaneadas pelo Estado capitalista por meio do fundo público a fim de dinamizar a economia capitalista combalida pelas crises de sobreacumulação de capital, de baixa da taxa de lucro, de subconsumo e de realização. A acumulação capitalista, agora dependente do fundo público, vai se repartir: uma parte irá financiar o capital das unidades produtivas privadas enquanto a outra financiará o capital variável, a força de trabalho. Nesse sentido assiste razão a Oliveira:

O que se chama de Welfare State como consequência... das políticas anticíclicas de teorização keynesiana, constituiu-se no padrão de financiamento público da economia capitalista. Este pode ser sintetizado na sistematização de uma esfera pública onde (...) o fundo público, em suas diversas formas, passou a ser o pressuposto do financiamento da acumulação de capital, de um lado, e, de outro, do financiamento da reprodução da força de trabalho, globalmente atingindo toda a população por meio dos gastos sociais”.

A medicina socializada, a educação universal gratuita e obrigatória, a previdência social, o seguro-desemprego, os subsídios para transporte, os benefícios familiares (quotas para auxílio habitação, salário família) e, no extremo desse espectro, subsídios para o lazer favorecendo desde as classes médias até o assalariado de nível mais baixo... A descrição das diversas formas de financiamento para a acumulação de capital seria muito mais longa: inclui desde os recursos para ciência e tecnologia, passa pelos diversos subsídios para a produção, sustentando a competitividade das exportações, vai através dos juros subsidiados para setores de ponta, toma em muitos países a forma de vastos e poderosos setores estatais, cristaliza-se numa ampla militarização (as indústrias e gastos em armamentos), sustenta a agricultura.... , e o mercado

⁴⁰ LEFEBVRE, Henri e GUTTERMAN, Norbert. *La conscience mystifié*, Paris, Ed. Syllepse, 1999, pp.27-28.

financeiro e de capitais através dos bancos e/ou fundos estatais mantém a valorização dos capitais pela via da dívida pública etc.⁴¹

A luta de classes presente na disputa e apropriação pela maior parte possível da massa de trabalho excedente, da mais-valia produzida pelos trabalhadores assalariados passa, agora, pelo fundo público como *pressuposto* da valorização dos capitais múltiplos na senilidade do processo de acumulação. É inegável que durante os “anos dourados” a formação econômica capitalista desenvolveu-se hipertrofiadamente, ou seja, a invenção científica traduzida em inovação tecnológica concentrada no departamento III desenvolveu-se exponencialmente em detrimento dos departamentos produtores de mercadorias (I e II). A partir da crise de 1929 são os investimentos em setores improdutivos, bélicos, espaciais os responsáveis pela demanda junto às empresas globalizadas. A distribuição da renda nacional é cada vez mais regressiva, em obediência à lógica da dinâmica do processo de reprodução ampliada do capital. “*Se em 1960 os 20% da população mundial viviam nos países mais ricos e tinham uma renda 30 vezes superior ao dos 20% mais pobres, em 1995 sua renda era 82 vezes superior*”.⁴²

O Estado Mínimo

É a *débâcle* do Estado do *Well/warfare*, provocada pelas contradições do modo de produção capitalista, o esgotamento do padrão de financiamento social-democrata que ensejará a teorização e a prática sobre (de) a necessidade de minimização do Estado para fortalecimento das unidades produtivas privadas.

O problema que se apresenta às economias social-democráticas é, em grande parte, resultado do sucesso,⁴³ ou seja, do fato de que, naqueles contextos capitalistas, as reformas possíveis, o nivelamento distributivo possível dentro das relações capitalistas, chegaram aos seus limites. A social-democracia se esquece de suas antigas promessas de ruptura e superação pacífica do capitalismo, se torna reacionária, propondo uma reconcentração da renda e um retorno ao mercado. A crise da social-democracia europeia se revela na sua incapacidade interna e na falta de vontade política de superar as relações sociais

⁴¹ OLIVEIRA, Francisco de. *Os direitos do antivalor – a economia política da hegemonia imperfeita*, SP, Vozes, 1998, p. 20

⁴² Relatório sobre desenvolvimento humano, PNUD, apud RAMONET, Ignácio – *Stratégies de la faim*, Paris, Le Monde Diplomatique, nov. 1998, p.1.

⁴³ PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política, N. Bobbio et alii, p.194, apud CAMPOS, Lauro. *O PT frente à crise do capitalismo*, Brasília, Núcleos de base do-PT-DF, 1991, p. 40.

de produção e de propriedade dentro das quais as forças produtivas se desenvolveram de forma cada vez menos confortável.⁴⁴

O Estado do Bem-Estar Social entra em crise porque a redistribuição do excedente econômico, a mais-valia, que era, em parte, canalizado via Estado para o aumento do salário da classe trabalhadora, começa a por em perigo a “galinha dos ovos de ouro do capitalismo”, ou seja, a taxa de lucro das empresas privadas e, nesse momento, as empresas começam a fechar, falir, entrar em concordata, a se reestruturar para “minimizar os custos e maximizar os lucros”. A luta de classes acicatada pelo tortuoso processo acumulativo produtor de mercadorias e não-mercadorias e fundado na hipertrofia do departamento III apontava para a redistribuição do produto social. A demanda autônoma do governo já não mais é suficiente na escala necessária para sustentar dinamicamente os custos crescentes do capital e, ainda, garantir a “eficiência marginal fictícia do capital”.⁴⁵ A dívida pública atingiu patamares tão elevados que de dinamizadora da acumulação capitalista se interverteu, entrou em crise se somando às demais crises que o capitalismo não resolveu e não pode resolver.

A dívida pública, esta grande prostituta, é a mãe de todos os capitais. Quando o capital sobreacumulado, filho ingrato, já não consegue sugar dela o leite do lucro fictício, volta contra ela a crítica burguesa. O velho amor se transforma em nova ira, Édipos revoltados contra a mãe Jocasta, seqüestram-na, mas não podem reduzir os juros de seus títulos porque não podem viver sem ela. Caso ela fosse proscrita para sempre, a inflação reinaria sem controle. Seqüestrada no Brasil, ela voltará acrescida de juros e correção monetária correspondente aos 18 meses de detenção, somando-se à que se formou durante o seqüestro. Eleva-se o custo de rolagem da dívida pública. Nos Estados Unidos, onde o FMI a deixa crescer livremente, os juros da dívida entregam aos banqueiros e tomadores de títulos US\$200 bilhões de dólares por ano. Lá, a dívida atingiu a 60% da renda nacional. Aqui, quando ela representava menos de 20% do PIB, o FMI impôs o enxugamento da máquina, a demissão de funcionários, a contração de investimentos das estatais, o arrocho salarial e de vencimentos, a crise e o sucateamento das indústrias. O custo de administração da dívida pública é parte do custo de manutenção do capitalismo, custo crescente e necessário à reprodução do sistema.⁴⁶

⁴⁴ CAMPOS, Lauro. *O PT frente à crise do capitalismo*, Brasília, Núcleos de base do-PT-DF, 1991, pp.40-41.

⁴⁵ Ver CAMPOS, Lauro. *A crise completa.....*, op. cit, cap.V.

⁴⁶ CAMPOS, Lauro. *O PT e...* op. cit. pp. 20-21.

A realidade capitalista apresenta uma outra dualidade contraditória na sua unidade: o real, o concreto frente ao imaginário, o fictício.⁴⁷ Da mesma forma que o valor, real, concreto assume a forma preço, forma imaginária, fictícia, o capital para se expandir desenvolve o dinheiro crédito e esta forma assume, ou melhor, se transforma e, nesse processo que é o de seu desenvolvimento, vai se autonomizando, adquirindo vida própria chegando hoje a fantástica soma de 120 trilhões de dólares. De um lado o capital real, produtivo e do outro o irreal, fictício. O fantástico volume de recursos alocados na órbita do capital fictício impede, *pari passu*, a inversão na esfera produtiva já que o capital fictício vive, se reproduz da subtração de recursos da esfera produtiva corroendo, portanto, o que funda seu crescimento: a produção da mais-valia. É por isso que não existe possibilidade de valorização desse capital pelo trabalho humano coletivo. O lucro fictício ou a eficiência marginal fictícia do capital especulativo só pode continuar sua vida se voltando contra o capital produtivo que lhe deu origem evidenciando ao mesmo tempo *a crise completa*.⁴⁸

Marx em *O capital* mostra que a célula mais simples e elementar do capitalismo é a mercadoria. Somente no século XX é que a negação do mundo das mercadorias será feita pelo fantástico crescimento do mundo das não-mercadorias, do departamento III como *determinou* Lauro Campos. Ao desenvolvimento desse departamento corresponde o desenvolvimento do Estado do Bem-Estar Social. A crise desse Estado, que ora presenciamos, apresenta e representa a crise do mundo das mercadorias associada à crise do das não-mercadorias. O que ocorre é que esse mundo, que se desenvolveu hipertrofiadamente produzindo -no lugar de alimentos, de remédios, de habitação, de lazer-, produtos bélicos, espaciais, guerras nas estrelas etc. e que foi capaz de gastar 17 trilhões de dólares na guerra fria, contraiu uma dívida gigantesca que o incapacita para dinamizar essa estrutura improdutivo-destrutiva porque o volume da dívida impede o prosseguimento de sua ampliação na escala necessária que permitiria a reprodução do capital e, *pour cause*, a solução provisória da crise em escala mundial. O custo de manutenção do capitalismo é, portanto, cada vez maior.

A saída encontrada pelo capital em crise dá-se em várias frentes. Uma delas é a doação das empresas públicas, do patrimônio público à sanha do enfermo capital. Nos países hegemônicos a transferência pelo Estado da esfera da produção para a da

⁴⁷ Ver CAMPOS, Lauro. *A crise completa...*, op. cit. cap. V.

⁴⁸ Ver CAMPOS, Lauro. *A Crise completa...* especialmente capítulo V, em que o assunto é tratado à exaustão.

circulação ocorreu nos anos 30 quando a produção de não-mercadorias passou a ser a forma social predominante assumida pelo capital. Nos países retardatários e na economia brasileira em particular, a presença estatal no pólo da acumulação atesta o atraso e a incipiência das economias de capitalismo tardio, pois o desenvolvimento das contradições do capitalismo deve fixar o Estado definitivamente no pólo do consumo. Como afirma Campos:

A acumulação excessiva, produzida pela taxa despótica de exploração, criou problemas intransponíveis no pólo oposto, o do consumo coletivo, para onde se dirige agora o Estado brasileiro açodadamente, querendo recuperar o tempo perdido, ainda confuso e meio perdido no emaranhado de seus ideólogos e na pior de todas as fases para a realização do trânsito, que é a conjuntura depressiva.

Se a doação de empresas estatais eleva a taxa média de lucro e resolve, parcialmente, aquela crise, as empresas doadas se deparam com a crise de subconsumo, com a contração do mercado. Mesmo as empresas estatais doadas não podem subsistir como capitais privados se o mercado, destruído, não permite que elas utilizem senão parte muito pequena de sua capacidade produtiva. Escapam de uma crise e são apanhadas pela outra.⁴⁹

O Estado neoliberal proposto por Friedrich Von Hayeck, Milton Friedman, Karl Popper, Michael Polanyi e outros na sociedade de Mont Pélérin vai ser implementado na crise do Estado do Bem-Estar Social. Na medida em que a massa de mais-valia produzida era insuficiente para continuar dinamizando a economia capitalista, o financiamento do padrão de acumulação voltar-se-á exclusivamente para o capital constante em detrimento do financiamento para o capital variável. A força de trabalho, suas associações, seus sindicatos, seus partidos políticos sofrerão todo tipo de ataque por parte do mundo do capital. Trata-se de destruir a combatividade operária em todos os níveis, inclusive postos de trabalho, aumentando, dessa forma, a taxa de desemprego na economia. A formação deste exército industrial de reserva representa, na realidade, a incapacidade do capital em continuar explorando a força de trabalho da forma que o vinha fazendo até então. As formas clássicas de exploração da mão-de-obra, na relação capital-trabalho não mais podem continuar: carteira assinada; direitos trabalhistas; seguro desemprego etc. O emprego formal explode com a crise do Estado keynesiano. O trabalhador, numa inusitada avalanche ideológica implementada pelo capital, vai ser considerado o culpado por sua situação desesperadora.

⁴⁹ CAMPOS, Lauro. *Estatização, privatização e crise*, BSB, Escritos Censurados, 1996.

De início torna-se “culpado” do desemprego generalizado pelo fato de pertencer a sindicatos fortes, que exigem, por sua combatividade, reposições e aumentos salariais acima do que o *M. Le Capital* poderia lhes adiantar.

Certas ‘vantagens adquiridas’ distribuídas de maneira desigual mostram que essas vantagens não beneficiam a toda a classe operária, a qual comporta partes frágeis: jovens, mulheres, imigrados, trabalhadores sem sindicatos “nos novos países industriais”.

Ora, a crítica é desfavorável tanto ao Estado-Providência como ao corporativismo sindical: segundo ela, ambos criam e administram “rendas de situação”, “falsos direitos”. (...) Por outras palavras, ao mesmo tempo em que se denuncia a nocividade geral do sindicalismo, criticam-se os operários mais ‘favorecidos’ que se esquecem dos que não o são, pedindo-lhes uma ‘consciência de classe’ por solidariedade com os mais vulneráveis; sem o que serão considerados ‘corporativistas’ à custa de sua classe de origem! Existe aí uma perversão da noção de classe.⁵⁰

De um outro ângulo a classe trabalhadora também é acusada de ser responsável pela sua própria situação. O mundo do capital a culpa de não estar preparada para responder positivamente à mudança do padrão tecnológico em curso. A sociedade capitalista se encontraria em um acelerado processo de transformações e os trabalhadores não teriam tido a competência de se adaptar ao novo mundo. Na realidade o trabalhador, de vítima, passa a ser o acusado. Como diz Lauro:

É inegável que o capitalismo adquiriu uma velocidade espantosa na circulação das informações e das mercadorias. Assim como determina a lógica do sistema, em que as mercadorias estão condenadas a se tornar ultrapassadas desde o ato de sua produção, também ao trabalhador impõe-se o rótulo da obsolescência. “Retreinar” passa a ser a palavra mágica, e insiste-se que o setor de serviço é capaz de absorver a massa de trabalhadores dispensados das áreas produtivas. Não é e muitas pesquisas o têm demonstrado.

Tenta-se jogar, então, mais uma vez sobre os ombros dos trabalhadores a responsabilidade do fracasso do sistema, que se manifesta nos índices de desemprego em todo o mundo. Possuidor de uma mercadoria, sua força de trabalho, o trabalhador deve oferecê-la no mercado. Se não consegue vendê-la, dizem os neoclássicos, é porque ela tem o preço alto para os padrões do mercado ou porque ela é de baixa qualidade. Nos dois casos a culpa é atribuída ao trabalhador. Logo, a solução, afirmam os neoliberais, está em rebaixar os salários ou melhorar o nível técnico do trabalhador, o que produz o mesmo resultado, isto é, a elevação das taxas de lucro.⁵¹

⁵⁰ BRUNHOFF, Suzanne. *A hora do mercado – crítica do liberalismo*, SP, UNESP, 1991, pp. 55-56.

⁵¹ CAMPOS, Lauro. *FHC e a reforma administrativa*, Caderno Opinião, Correio Braziliense, 20/05/96.

O Estado deixa de cumprir as funções anticíclicas⁵² que o caracterizaram durante parte ponderável da história do capitalismo e, agora, ao invés de empregar, como o fazia em épocas depressivas, passa a desempregar os trabalhadores. Os servidores públicos que na economia do Estado do Bem-Estar, serviam para “resolver” momentaneamente a crise de insuficiência de demanda efetiva, passam a se constituir em peso morto para o Estado em crise. Com 1,2 bilhão de pessoas desempregadas e 1,3 bilhão de indivíduos recebendo um dólar ao dia o Estado neoliberal aponta para a barbárie, para a agonia.

As Bolsas em queda, os investimentos produtivos caindo celeremente, as taxas de juros escorchantes, a taxa de ociosidade das empresas em alta, os salários contraídos, a taxa de desemprego em alta, o emprego formal em baixa, o emprego informal em alta, empresas falindo e o estado neoliberal perdido em meio a crise da dívida pública: eis a realidade caótica que o mundo globalizado impõe às diferentes sociedades com o objetivo único de garantir a sobrevivência do capital, a sua lucratividade.

No emaranhado das convulsões sociais, o Estado neoliberal manifesta a *crise completa* do capitalismo agônico. A proposta de sobrevivência a este vetusto enfermo é a barbárie: a sociedade dos indigentes, dos pedintes que sobreviverão das esmolas, dos sem trabalho, dos sem terra, dos sem saúde, dos sem teto, dos sem educação, dos sem....

⁵² “Os déficits orçamentários podem ser decorrência da ampliação das funções do Estado em período de guerra, por exemplo, ou da ampliação *normal*, decorrente das tendências intervencionistas, que têm de surgir quando se amplia a produção para as *Agenda*. Como veremos, o Estado quase sempre se valeu das emissões e de outras técnicas inflacionárias em períodos de guerra, ou de crescimento de suas funções administrativas, burocráticas, industriais e desenvolvimentistas e utilizou a política de gastos em obras públicas para reabsorver o desemprego cíclico desde o século passado: na França, a partir de 1847, e na Inglaterra, desde 1864.” CAMPOS, Lauro. *A crise da ideologia keynesiana*, SP, Campus, 1980, pp.119-120.

Referências Bibliográficas

- BRUNHOFF, S. *Estado e capital – uma análise de política econômica*, RJ, FU, 1985.
- _____. *A hora do mercado – crítica do liberalismo*, SP, UNESP, 1991.
- CAMPOS, Lauro. *A crise completa - a economia política do não*, SP, Boitempo, 2001.
- _____. *Estatização, privatização e crise*, BSB, Escritos Censurados, 1996.
- _____. *O PT frente à crise do capitalismo*, Brasília, Núcleos de base do-PT-DF, 1991.
- _____. *A crise da ideologia keynesiana*, SP, Campus, 1980.
- _____. *A técnica e a ciência como ideologia*, mimeo, s/d..
- _____. *FHC e a reforma administrativa*, Caderno Opinião, Correio Braziliense, 20/05/96.
- _____. *Inflação: um problema metodológico –além do estruturalismo enganado*, BSB, 1999.
- CONNOR, James O'. *USA: A crise do estado capitalista*, RJ, Paz e Terra, 1977.
- ENGELS, F. *Anti-dühring*, Paris, Ed. Sociales, 1971, p.315.
- LEFEBVRE, H. De l'Etat, apud Ethel Kosminsky e Margarida Andrade, *O Estado e as classes sociais*,
- LEFEBVRE, Henri e GUTTERMAN, Norbert. *La conscience mystifié*, Paris, Ed. Syllepse, 1999..
- LENINE, V.I. *L'Etat et la révolution*, In, O.C., T. 25, 1971.
- LIPIETZ, Alain - *Crise et inflation pourquoi?* Paris, Francois Maspero, 1979.
- Martins, José de Souza. *Henri Lefebvre e o retorno à dialética* SP, Hucitec, 1996
- MARX, K. *Contribution à la critique de l' économie politique*, Paris, Ed. Sociales, 1977.
- _____. *Grundrisse*, México, Siglo Veintiuno, V. 1, 1997.
- _____. *Grundrisse*, México, Siglo Veintiuno, V. 2, 1997.
- _____. *Grundrisse*, Paris, Ed. Sociales, V.I, 1980.
- _____. *Introduction à la critique de l' économie politique*, In, *Contribution à la critique de l' économie politique*, Paris, Ed. Sociales, 1977
- _____. *Le capital*, Paris, Ed. Sociales, L. I, T. I, 1975.
- _____. *Le capital*, Paris, Ed. Sociales, L. III, T. III, 1974.
- _____. *Travail salarié et capital*, Paris, Ed. Sociales, 1975.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*, SP, Boitempo, 2002.

_____ Economia, política e tempo disponível, In, *Margem esquerda* 1, SP, Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de – *Elegia para uma Re(li)gião*, RJ, Paz e Terra, 1977.

_____ *Os direitos do antivalor – a economia política da hegemonia imperfeita*, SP, Vozes, 1998.

RAMONET, Ignácio – *Stratégies de la faim*, Relatório sobre desenvolvimento humano, PNUD, Paris, Le Monde Diplomatique, nov. 1998.

VINCENT, J. M. Etat et accumulation, In, *Les mensonges de l'Etat*, Paris, Ed. Le Sycomore, 1979.